Exercícios

1. (Quadrix - 2023 - CRA-PE - Administrador) Subordinam-se ao regime da Lei n.° 14.133/2021 os contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e a gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos, bem como as contratações sujeitas a normas previstas em legislação própria.

2. (Quadrix - 2022 - CFFA - Analista Administrativo - Financeiro) Nos contratos administrativos, cabe ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução, em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro-garantia; ou fiança bancária.

3. (Quadrix - 2022 - CRT-04 - Assistente de Compras/ Licitação) Os contratos administrativos serão regulados pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, não se aplicando, ainda que supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

4. (Quadrix - 2022 - CRT-04 - Assistente de Compras/ Licitação) Os contratos deverão estabelecer, com clareza e precisão, as condições para sua execução, em conformidade com os termos do edital de licitação.

5. (Quadrix - 2022 - CRMV-SP - Analista de Suporte de Gestão de Administração Pública) O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração, no local da obra ou do serviço, para representá-lo na execução do contrato.

6. (Quadrix - 2022 - CRMV-SP - Analista de Suporte de Gestão de Administração Pública) O contrato administrativo deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e a legislação aplicável, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7. (Quadrix - 2022 - CRMV-SP - Analista de Suporte de Gestão de Administração Pública) A declaração de nulidade do contrato administrativo dispensará análise prévia do interesse público envolvido e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

8. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - SEFAZ-CE - Auditor Fiscal Contábil-Financeiro da Receita Estadual)A sanção que declara a inidoneidade para licitar ou contratar não se sujeita a limites mínimos de prazo, cabendo à autoridade responsável pela imposição da condenação a fixação dos devidos parâmetros, observado o prazo máximo estabelecido pela norma regente.

9. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - SEFAZ-CE - Auditor Fiscal Contábil-Financeiro da Receita Estadual) Caso o licitante vencedor não assine o termo de contrato no prazo especificado, será permitido à administração convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação.

10. (CESPE / CEBRASPE - 2023 - MPE-PA - Promotor de Justiça Substituto) A respeito da extinção dos contratos administrativos conforme dispõe a Lei n.º 14.133/2021, assinale a opção correta.

A) A extinção do contrato administrativo pode ser determinada unilateralmente pela administração pública, ainda que o descumprimento contratual tenha decorrido de conduta da própria administração.

B) A utilização das instalações e dos equipamentos necessários à continuidade do contrato deverá ser imediata, independentemente de autorização do gestor público competente, em caso de extinção do contrato administrativo por ato unilateral da administração pública.

C) A extinção do contrato administrativo por ato unilateral da administração pública e a extinção consensual desse instrumento deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

D) A decretação de falência do contratado é motivo inidôneo que enseja a extinção do contrato administrativo.

E) A extinção do contrato administrativo decorrente de culpa exclusiva da administração dá ao contratado direito ao ressarcimento dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, não alcançado o pagamento de custos com a desmobilização.

11. (FEPESE - 2022 - FAPESC - Analista Técnico Administrativo II) De acordo com a Lei 14.133/2021, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado:

A) Prioritariamente nas contratações de obras e serviços de engenharia que não tenham atestado de responsabilidade técnica.

B) Alternativamente nos contratos com investimento, assim considerados aqueles que impliquem a elaboração de benfeitorias permanentes.

C) Majoritariamente nos termos ou acordos de serviços e fornecimentos contínuos e que podem ser prorrogados sucessivamente.

D) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

E) Repetidamente realizada com imperícia ou imprecisão de execução, desde que não apuradas no prazo de garantia fixado no edital.

12. (FEPESE - 2022 - FAPESC - Analista Técnico Administrativo II) Considere da seguinte situação hipotética: a companhia Madrilena firmou contrato com o município de Antúrio para a prestação de serviço de vigilância eletrônica dos imóveis municipais. Contudo, há um atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos devidos pelo município à companhia. Nesse caso, de acordo com a Lei 14.133/2021:

A) O município de Antúrio pode suspender os pagamentos devidos por até noventa dias.

B) A companhia contrato administrativo analisado pela Procuradoria pode, unilateralmente, alterar o objeto do contrato até que os pagamentos sejam regularizados.

C) O município de Antúrio tem prazo para realizar o pagamento da nota fiscal devida até o final do exercício financeiro subsequente.

D) A companhia Madrilena somente terá direito à extinção do contrato se estiver previamente autorizada pelo município de Antúrio.

E) A companhia Madrilena tem direito à extinção do contrato.

13. (CESPE/ANVISA/Técnico Administrativo/2016) O teto de um imóvel pertencente à União desabou em decorrência de fortes chuvas, as quais levaram o poder público a decretar estado de calamidade na região. Maria, servidora pública responsável por conduzir o processo licitatório para a contratação dos serviços de reparo pertinentes, diante da situação de calamidade pública, decidiu contratar mediante dispensa de licitação. Findo o processo de licitação, foi escolhida a Empresa Y, que apresentou preços superiores ao preço de mercado, mas, reservadamente, prometeu, caso fosse contratada pela União, realizar, com generoso desconto, uma grande reforma no banheiro da residência de Maria. Ao final, em razão da urgência, foi firmado contrato verbal entre a União e a Empresa Y e executados tanto os reparos contratados quanto a reforma prometida. O contrato verbal firmado entre a União e a Empresa Y é nulo.

Julgue as assertivas a seguir sobre contratos administrativos.

14. Os contratos administrativos são todos os ajustes de vontade em que ao menos uma das partes do pacto é unidade da Administração Pública e que tem por objeto atividade com fim de atender determinada demanda de interesse público.

15. O contrato administrativo se sujeita às regras do direito público, nesse ponto diferenciando-se dos contratos da Administração que, por ter significado mais genérico, abrange inclusive os contratos que se acham submetidos às regras do direito privado.

16. A eficácia dos contratos administrativos fica condicionada a sua publicação resumida no portal nacional da administração pública, o mesmo não sendo exigido para seus eventuais termos aditivos.

17. (CEBRASPE/FUNPRESP-JUD/Nível Superior - ADAPTADA) Cabe ao fiscal do contrato, e não ao contratado, optar por uma das modalidades de garantia previstas na Lei de Licitações e Contratos.

18. (CEBRASPE/TCE-PA/Auditor de Controle Externo - Administração/2016) Se a obra de reforma de uma escola pública for orçada inicialmente em R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), o contrato poderá ser aditado, por acréscimo de serviços já existentes contratualmente em até R$ 90.000,00 (noventa mil reais), desde que não haja fato anterior que repercuta no seu equilíbrio econômico-financeiro.

19. (CEBRASPE/FUNPRESP-JUD/Nível Superior/2016) Nos serviços terceirizados, a administração pública tomadora do serviço é, automática e subsidiariamente, responsável por inadimplemento do empregador no cumprimento das obrigações trabalhistas.

20. (CEBRASPE/FUNPRESP-JUD/Nível Superior/2016) O contratado fica obrigado a aceitar alterações unilaterais promovidas pela administração, desde que estas não excedam 70% do valor do objeto original.

21. (CEBRASPE/FUNPRESP-JUD/Nível Superior/2016) A supressão parcial do objeto por alteração unilateral da administração confere ao contratado o direito ao ressarcimento dos valores gastos com os materiais adquiridos, sem prejuízo de indenização pelos eventuais danos adicionais devidamente comprovados.

(CEBRASPE/ANTAQ/Todos os Cargos - ADAPTADA) Determinado órgão da administração indireta celebrou contrato administrativo cujo objeto era o fornecimento de serviços terceirizados de mão de obra para limpeza e conservação do seu edifício-sede. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, a respeito da fiscalização da execução do objeto contratual.

22. Conforme expresso na Lei nº 14.133/2021, caso haja inadimplência do contratado em relação a encargo trabalhista, a responsabilidade pelo pagamento desse encargo poderá transferida à administração.

23. Conforme jurisprudência sedimentada do Superior Tribunal de Justiça, violado o dever de manutenção da regularidade fiscal durante a vigência do contrato, pode a administração promover a retenção dos pagamentos devidos à empresa contratada, até que esta se regularize.

24. O contratado deve manter um preposto no local dos serviços para representá-lo na execução do contrato, contudo a administração pode aceitar ou rejeitar a pessoa indicada.

25. (CEBRASPE/FUNPRESP-JUD/Nível Superior/2016) A duração da prestação de serviços executados de forma contínua, prorrogada por sucessivos períodos, não fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

26. (CEBRASPE/FUNPRESP-JUD/Nível Superior/2016) A rescisão unilateral de contrato administrativo pela administração em razão de interesse público não afasta o direito do contratado de ser ressarcido dos eventuais prejuízos oriundos da extinção do vínculo.

27. (CEBRASPE/FUNPRESP-JUD/Nível Superior/2016) A fim de comemorar o aniversário de um órgão público, a direção desse órgão celebrou um contrato administrativo, no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), com um músico consagrado pela opinião pública. Se, no dia do show, o músico não comparecer nem apresentar justificativa de sua ausência, poderá o contratante aplicar-lhe, garantida a prévia defesa, as sanções de advertência e multa, na forma prevista no contrato.

28. (CEBRASPE/FUNPRESP-JUD/Nível Superior/2016) Caso um contrato administrativo para construção de bem imóvel seja rescindido por culpa exclusiva da empresa contratada, esta não receberá pela parte executada.

29. (CEBRASPE/FUNPRESP-JUD/Nível Superior/2016) A inexecução total do objeto licitatório pelo contratado pode acarretar o impedimento definitivo de estabelecer contratos com a administração.

30. (CEBRASPE - 2022 - PGM Recife - PE - Procurador Judicial Municipal) Segundo as disposições da Lei n.º 14.133/2021, o prazo máximo dos contratos que impliquem a elaboração de benfeitorias permanentes que, realizadas exclusivamente a expensas do contratado, serão revertidas ao patrimônio da administração pública poderá ser de até:

A) 5 anos.
B) 15 anos.
C) 25 anos.
D) 35 anos.
E) 45 anos.

31. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PGM Recife - PE - Procurador Judicial Municipal) Assinale a opção em que é apresentada hipótese autorizativa de alteração unilateral do contrato pela administração, segundo a Lei n.º 14.133/2021.

A) modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo quantitativo de seu objeto.
B) conveniência da substituição da garantia de execução .
C) necessidade de modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes.
D) necessidade de modificação do modo de fornecimento decorrente da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
E) restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em caso de força maior.

32. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - TRT - 8ª Região (PA e AP) - Analista Judiciário - Engenharia Elétrica) Julgue os próximos itens a respeito da contratação de obras de grande vulto, em conformidade com a Lei n.º 14.133/2021.
I. O edital contemplará, obrigatoriamente, matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado nesse tipo de contratação.
II. São obras de grande vulto aquelas cujo valor estimado supera o total de R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).
III. O edital deverá prever, nesse tipo de contratação, a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de um ano, contado da celebração do contrato. IV Poderá ser exigida, nesse tipo de contratação, a prestação de garantia, em percentual equivalente a até 30% do valor inicial do contrato.

Estão certos apenas os itens:
A) I e II.
B) I e IV.
C) II e III.
D) I, III e IV.
E) II, III e IV.

33. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - TRT - 8ª Região (PA e AP) - Analista Judiciário - Engenharia Elétrica) Em uma obra licitada pela Lei n.º 14.133/2021, a data base para reajustamento é vinculada à data:
A) do orçamento estimado pela administração.
B) da entrega de propostas na licitação.
C) da emissão da ordem de serviço.
D) da emissão da nota de empenho.
E) da solicitação formal da contratada.

34. (Instituto Consulplan - 2022 - PGE-ES - Estagiário de Direito) Em um contrato administrativo analisado pela Procuradoria- -Geral do Estado do Espírito Santo, constatou-se que o contratado deixou de executar uma obra em escola estadual porque o Munícipio negou o alvará de construção, em função de mudanças na lei de zoneamento urbano. Essa situação caracteriza:
A) Força maior.
B) Caso fortuito.
C) Fato do príncipe.
D) Fato da administração.

35. (FGV - 2022 - Senado Federal - Consultor Legislativo - Direito Constitucional, Administrativo, Eleitoral e Processo Legislativo) O ente federativo Gama, após regular processo licitatório, celebrou contrato administrativo com a sociedade empresária Delta, para prestação de determinados serviços. Ocorre que, no contrato que ainda está em curso, o ente Gama está com atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de serviços. Sabe-se que não ocorreu caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído. De acordo com a Lei nº 14.133/21, a sociedade empresária Delta
A) pode suspender a execução do contrato, pela exceção do contrato não cumprido.
B) pode rescindir o contrato, sem prévio provimento judicial, por expressa autorização legal.
C) não pode rescindir nem suspender o contrato, pelo princípio da continuidade do serviço público.
D) pode rescindir o contrato, mediante prévia autorização do Tribunal de Contas.
E) não pode rescindir nem suspender o contrato, pelo princípio da eficiência.

36. (FCC - 2022 - TRT - 14ª Região (RO e AC) - Analista Judiciário - Área Administrativa) A União Federal realizou contratação direta, por dispensa de licitação, para atender uma situação emergencial, seguindo todos os requisitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021. Considerando tratar-se, portanto, de contrato administrativo celebrado em caso de urgência, ele terá sua eficácia a partir de
A) sua assinatura, seguida de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de dez dias úteis, sob pena de nulidade.
B) publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que deverá ocorrer no prazo de cinco dias úteis contados da assinatura, sob pena de nulidade.
C) sua assinatura, seguida de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de vinte dias úteis, sob pena de nulidade.
D) publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que deverá ocorrer no prazo de quinze dias úteis contados da assinatura, sob pena de nulidade.
E) sua assinatura, seguida de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de cinco dias úteis, sob pena de nulidade.

37. (FCC - 2022 - TRT - 5ª Região (BA) - Técnico Judiciário - Área Administrativa) Considere que determinado particular que celebrou contrato com a Administração após sagrar-se vencedor de procedimento licitatório, em face de reiterados descumprimentos das suas obrigações contratuais, foi declarado inidôneo, ficando temporariamente impedido de participar de outros certames e firmar novos contratos com a Administração. Referida declaração
A) extrapola o poder disciplinar da Administração, por configurar restrição de direitos, dependendo de declaração judicial, transitada em julgado, proferida em processo específico no âmbito civil ou criminal.
B) caracteriza medida cautelar fundada no poder de polícia, podendo ser aplicada pelo gestor do contrato nas hipóteses previstas em lei, mediante processo administrativo próprio.
C) depende da prévia condenação do contratado ou de seus administradores pela prática de algum dos crimes capitulados

na legislação de licitação, constituindo pena acessória a tais delitos.
D) constitui sanção administrativa que somente pode ser aplicada após processo que assegure contraditório e ampla defesa, e independe de conduta que configure crime contra a Administração.
E) somente pode ser proferida pelo Tribunal de Contas, em processo de Tomada de Contas Especial no qual seja apurado prejuízo à Administração e individualizadas as condutas e responsabilidades da contratada e de seus administradores.

38. (IBADE - 2022 - IPREV - Administrador) Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas: (Lei 14.133/2021)
I - exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas.
II – não condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato.
III - efetuar o depósito de valores em conta vinculada.
IV - em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado.
V - estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

As afirmativas I, II, III, IV e V são, respectivamente:

A) F, F, V, V, F.
B) B) V, F, V, V, V.
C) V, F, V, F, V.
D) F, F, V, V, V.
E) F, F, F, F, F.

39. (IBADE - 2022 - IPREV - Administrador) A Lei nº 14133/2021 estabelece os critérios das Licitações. Para os Contratos Administrativos esta Lei em seu art. 104 tem a seguinte redação: "O regime jurídico dos contratos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de", EXCETO:
A) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
B) fiscalizar sua execução.
C) extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei.
D) aplicar sanções motivadas pela execução total ou parcial do ajuste.
E) ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de: risco à prestação de serviços essenciais; necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

40. (IBADE - 2022 - IPREV - Analista Técnico Administrativo II) A empresa privada "X" venceu uma licitação para prestar serviço ao Estado pelo período de 15 anos e, após uma década da assinatura do contrato, o controle societário foi transferido para outras pessoas diferentes daquelas que havia no momento daquela assinatura. Neste caso:
A) deverá o Estado realizar uma nova licitação sempre que ocorrer alguma mudança contratual imprevista.
B) deverá o Estado realizar uma nova licitação uma vez que o controle societário da empresa foi modificado.
C) o Estado não precisará realizar uma nova licitação, desde que o poder público concorde com a transferência de controle societário.
D) o Estado não precisará realizar uma nova licitação ao fato que já se passou uma década da assinatura do contrato.
E) o Estado não precisará realizar uma nova licitação, sendo de livre arbítrio das partes privadas conceder a transferência da concessão.

41. (Instituto Consulplan - 2022 - PGE-SC - Administrador - Edital nº 2) Assinale a alternativa cujo teor NÃO apresenta correspondência com alguma característica do contrato administrativo.
A) Fixação, por parte da Administração, de todas as cláusulas dos contratos.
B) Exigência legal de determinados procedimentos obrigatórios para a celebração dos contratos.
C) Presença de uma série de prerrogativas que garantem a posição de supremacia da Administração Pública sobre o particular.
D) Impossibilidade de alteração unilateral, pela Administração, das cláusulas regulamentares ou rescisão do contrato antes do prazo estabelecido.
E) Todos os contratos para os quais a lei exige licitação são firmados em razão de condições pessoais do contratado, apuradas no procedimento licitatório.

42. (Instituto Consulplan - 2022 - PGE-SC - Analista Técnico Administrativo II) A teoria da imprevisão (théorie de l'imprévision) foi consagrada pelo Conselho de Estado francês no julgamento do caso "Gaz de Bordeaux", de 30/03/1916. Naquele caso, a concessionária pretendia a revisão do contrato administrativo de produção de gás, pois o preço do carbono, matéria-prima necessária à produção do gás, foi elevado excessivamente por conta da I Guerra Mundial. O Conselho de Estado estabeleceu as condições de aplicação da teoria da imprevisão e garantiu o direito à revisão do contrato. (LONG, M; WEIL, P.; BRAIBANT, G.; DEVOLVÉ, P.; GENEVOIS, B. Les grands arrêts de la j jurisprudence administrative. 16. ed. Paris: Dalloz, 2007. p. 189-197. Apud OLIVEIRA, Rafael Carvalho de Rezende. Curso de direito administrativo. 9. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021. p. 1.017.) Ciente do exposto e valendo-se também das pertinentes disposições legais e jurisprudenciais acerca da teoria da imprevisão, aplicáveis ao direito público brasileiro, assinale a afirmativa integralmente correta.
A) A teoria da imprevisão tem como objetivo o reestabelecimento do equilíbrio contratual entre os contratantes.
B) No Brasil, a teoria da imprevisão aplica-se tão somente às relações particulares não sendo aplicável no direito público.

C) Em se tratando de contratos administrativos, a força obrigatória dos contratos deverá prevalecer em detrimento da teoria da imprevisão.
D) É pressuposto à revisão contratual, com base na teoria da imprevisão, apenas a efetiva e concreta disparidade econômica entre as partes, nas obrigações de trato continuado.
E) A teoria da imprevisão decorre de disposição expressa, no âmbito da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estando ali regulamentada a sua aplicabilidade, inclusive nos contratos administrativos.

43. (FCC - 2022 - SEFAZ-AP - Auditor da Receita Estadual - Conhecimentos Gerais) Constitui expressão do princípio da supremacia do interesse público em sua incidência nos contratos administrativos
A) as denominadas cláusulas exorbitantes, que conferem à Administração a possibilidade de impor alterações do objeto do contrato para melhor adequação ao interesse público.
B) a prerrogativa conferida à Administração de modificação da equação econômico-financeira original do contrato, caso verificada a ocorrência de álea econômica extraordinária.
C) a faculdade de rescisão unilateral pela Administração, independentemente do descumprimento de obrigações por parte do contratado, com os consectários previstos na legislação de regência.
D) a possibilidade de aplicação de sanções ao contratado na hipótese de descumprimento das obrigações pactuadas, sendo igual prerrogativa conferida ao contratado exclusivamente na hipótese de contrato de concessão de serviços públicos.
E) a atribuição à Administração de poderes de fiscalização da atuação do contratado, vedada, contudo, a aplicação de multas ou outras penalidades que extrapolem aquelas previstas no Código Civil para os contratos em geral.

44. (OBJETIVA - 2022 - Câmara Municipal de Rio do Sul - SC - Técnico Legislativo - Área Legislativa) A nova lei de licitações e contratos administrativos, a Lei nº 14.133/2021, reitera os princípios basilares da Administração Pública na aplicação da Lei. Entre os princípios expressamente elencados nela, aquele que fundamenta que os processos licitatórios devem acontecer com agilidade, eficiência, economicidade, indubitabilidade e qualidade esperadas dos serviços públicos é o:
A) Princípio do interesse público.
B) Princípio desenvolvimento nacional sustentável.
C) Princípio da eficiência.
D) Princípio da probidade administrativa.

45. (CONSULPAM - 2022 - Prefeitura de Irauçuba - CE - Fiscal Ambiental) Assinale a alternativa que NÃO indica uma característica do contrato administrativo.
A) Formal.
B) Unilateral.
C) Oneroso.
D) Comutativo.

46. (FGV - 2022 - TCE-TO - Auditor de Controle Externo - Direito) Em determinado contrato administrativo, foi constatado, pelo órgão de controle interno do Município Alfa, a ocorrência de irregularidade insanável no procedimento licitatório que lhe deu origem. Nesse caso, à luz da sistemática estabelecida na Lei nº 14.133/2021, a declaração de nulidade do contrato administrativo:
A) é medida que se opera imediatamente, de pleno direito, apresentando contornos meramente declaratórios, não constitutivos;
B) afasta, em qualquer caso, o dever de a Administração indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada;
C) independe de qualquer avaliação complementar pela autoridade administrativa, devendo ser declarada nos cinco dias subsequentes ao conhecimento dos fatos;
D) pode vir a produzir efeitos apenas no futuro, observados os limites temporais estabelecidos em lei, para fins de nova contratação, de modo a assegurar a continuidade da atividade administrativa;
E) não exige a avaliação dos aspectos circunstanciais e das consequências do ato, o que será feito apenas para fins de dimensionamento da indenização do contratado, que não pode ter concorrido para a nulidade.

47. (IBFC - 2022 - Prefeitura de Dourados - MS - Auditor Fiscal de Tributos Municipais) Recentemente foi publicada a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021 - NLLC). Acerca das disposições da NLLC sobre alterações dos contratos, assinale a alternativa <u>incorreta</u>.
A) Os contratos poderão ser alterados unilateralmente pela Administração quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos
B) Os contratos poderão ser alterados unilateralmente pela Administração quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela lei
C) Os contratos poderão ser alterados por acordo entre as partes quando conveniente a substituição da garantia de execução
D) Os contratos poderão ser alterados unilateralmente pela Administração quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários, permitida a transfiguração do objeto

48. (<u>FGV - 2022 - Senado Federal - Advogado</u>) A União, após regular licitação, celebrou contrato administrativo com a sociedade empresária. Ômega para prestação de determinados serviços. No curso do contrato, ocorreu o seguinte:
I. atraso na obtenção da licença ambiental.
II. atraso na liberação das áreas sujeitas à desapropriação.
III. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, independentemente de restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021, em regra, a situação que constitui motivo para extinção do contrato, que deverá ser formalmente motivada em processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, está descrita no(s) item(ns)
A) II, apenas.

B) III, apenas.
C) I e II, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

49. (FGV - 2022 - Senado Federal - Advogado) O Senado Federal publicou edital de licitação para contratação de utilização de programas de informática para todo seu parque computacional, sob o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021. Tendo em vista que, no processo administrativo que antecedeu o edital, a autoridade competente atestou a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual, no instrumento convocatório constou que o contrato para prestação do serviço de disponibilização de programas na área de tecnologia da informação terá prazo de 5 (cinco) anos. Por estar em dúvida acerca da regularidade do citado prazo de vigência do contrato e diante do princípio da autotutela, o agente público que conduz a licitação solicitou ao Advogado do Senado Federal parecer sobre a matéria. Desta forma, a orientação jurídica dada, com base na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, foi no sentido de que o prazo de 5 (cinco) anos previsto no edital
A) está em desacordo com o texto legal, razão pela qual o edital de licitação deve ser anulado, promovendo o Senado a publicação de novo instrumento convocatório, no qual deverá constar o prazo de vigência de até 2 (dois) anos, permitidas sucessivas prorrogações por se tratar de serviço de caráter continuado.
B) não pode ser modificado pelo Senado, por meio de retificação no edital de licitação, pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, sob pena de nulidade, mas pode ser objeto de prorrogação contratual, pelo prazo máximo de vinte anos.
C) deve ser alterado pelo Senado, por meio de retificação no edital de licitação, que deverá ser publicado novamente, a fim de constar o prazo legal de 1 (um) ano, permitida prorrogação por até 24 (vinte e quatro) meses.
D) deve ser alterado pelo Senado, por meio de retificação no edital de licitação, que deverá ser publicado novamente, a fim de constar o prazo legal de 2 (dois) anos, permitida prorrogação uma vez por igual período, apenas na próxima data de aniversário do contrato, quando entender que o contrato lhe oferece vantagem.
E) encontra base na lei e o Senado terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

50. (FGV - 2022 - TRT - 16ª REGIÃO (MA) - Técnico Judiciário - Área Administrativa) Em determinado ente da Administração Pública indireta, o órgão de controle interno detectou a existência de irregularidade insanável no procedimento licitatório. O contrato administrativo, no entanto, já tinha sido celebrado e a sua execução iniciada.Considerando o teor dessa narrativa, é correto afirmar, à luz da sistemática estabelecida na Lei nº 14.133/2021, que
A) vícios insanáveis no procedimento licitatório somente acarretam a necessária declaração de nulidade do contrato administrativo quando tiverem influído diretamente na escolha do licitante vencedor.
B) somente será declarada a nulidade do contrato administrativo caso se revele medida de interesse público, observados os aspectos de avaliação previstos em lei.
C) vícios insanáveis no procedimento licitatório acarretam, em qualquer hipótese, a necessária declaração de imediata nulidade do contrato administrativo.
D) somente será declarada a nulidade do contrato administrativo caso a medida seja requerida por algum licitante preterido.
E) não há correlação entre os vícios no procedimento licitatório e a validade do contrato administrativo posteriormente celebrado.

51. (FCC - 2022 - TRT - 17ª Região (ES) - Técnico Judiciário - Área Administrativa) De acordo com o que estabelece a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021),
A) ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até dois anos.
B) tendo em vista a indisponibilidade do interesse público, nas contratações regidas por essa lei, é vedada a utilização de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias.
C) é vedada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a aplicação de regulamentos editados pela União para execução dessa lei.
D) dos atos da Administração decorrentes da aplicação dessa lei cabe recurso, no prazo de 5 dias úteis, contado da data de intimação, em face de anulação ou revogação da licitação.
E) a apreciação do recurso apresentado contra o ato da Administração relativo do julgamento das propostas dar-se-á em fase única.

GABARITO

1. E 2. C 3. E 4. C 5. C 6. C 7. E 8. E 9. C 10. c 11. C 12. E 13. C 14. C 15. C 16. E 17. E 18. E 19. E 20. E 21. C 22. C 23. E 24. C 25. C 26. C 27. C 28. E 29. E 30. D 31. A 32. B 33. A 34. C 35. A 36. A 37. D 38. B 39. D 40. C 41. D 42. A 43. C 44. B 45. B 46. D 47. D 48. C 49. E 50. B 51. E 52. A.

www.raphaelspyere.com.br
@raphaelspyere
Raphael Spyere
Estudando Direito - com Raphael Spyere